



2023 - 2026

COMPROMISSOS PARA MELHOR SERVIR AO POVO ACREANO **QUEM AMA CUIDA**



FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE ACRE
PT, PCdoB e PV

**FEDERAÇÃO BRASIL
DA ESPERANÇA - FE ACRE**



NOVO 06 DE AGOSTO

Nós temos esperança de ver novamente o nosso Acre bem cuidado e respeitado pelo Brasil. Nós temos esperança de ver nosso povo melhorando de vida e tendo orgulho de ser acreano.

Nós temos esperança de ver nossa terra com desenvolvimento, com oportunidades para os trabalhadores e os empresários, para as mulheres e para a juventude. A nossa história sempre foi de superação porque nós temos essa força que agora, mais uma vez, precisamos renovar. Essa força é a esperança!

A crise é grave, a pandemia não acabou(pior já passou) e o Estado está parado, mas vamos buscar inspiração na nossa história para fazer um novo movimento de esperança: o novo seis de agosto. Porque foi em seis de agosto de 1902 que a revolução acreana iniciou sua fase decisiva e vitoriosa para fazer o Acre brasileiro. Isso nos deu identidade e o seis de agosto virou um símbolo de iniciativa de luta, de resistência e de recomeço - e ele volta a acontecer cada vez que o povo acreano precisa enfrentar grandes desafios.

Foi assim no fim dos dois ciclos da borracha e nas muitas vezes que o Acre se viu isolado e desprezado pelo governo federal. Foi assim na longa luta do movimento autonomista, até conquistar a condição de Estado. Quando nos unimos respeitando nossas diferenças étnicas e culturais para defender nossa terra, quando protegemos a nossa floresta e soubemos usar com inteligência a nossa maior riqueza.

Foi assim, quando vencemos o crime organizado no fim dos anos noventa, quando resgatamos o orgulho de levantar nossa bandeira e cantar o hino acreano, mostrando nosso valor para o Brasil. Agora, estamos precisando erguer, mais uma vez, a bandeira da esperança porque estamos vivendo um tempo muito difícil.

O preço dos alimentos, do botijão de gás e da gasolina, a retração no comércio, nos serviços, na indústria, os altos custos dos insumos da pecuária e da agricultura, o Estado não tem obras de infraestrutura, as estradas e os ramais não têm manutenção, os espaços e prédios públicos estão maltratados. É triste ver o abandono do patrimônio público.

Não tem investimento para garantir internet de qualidade para todos, não tem apoio para os esportes e a cultura, não tem oportunidades para a nossa juventude.

A fome está aumentando em Rio Branco e no Estado inteiro. Dá dó de ver tantas famílias pedindo ajuda nas esquinas e nos supermercados, vasculhando o lixo em busca de restos de comida. O Estado tem dinheiro, mas não dá o auxílio para quem mais precisa. Essa, infelizmente, é a realidade de hoje. E é por isso que precisamos falar de esperança.

Recuperar a esperança, independente de partidos, colocando o Acre adiante dos interesses políticos. Vamos nos unir e fazer esse movimento: o novo seis de agosto.

Vamos reunir pessoas com esperança e com ideias para ajudar o nosso Acre a superar essa crise e seguir em frente, “sem recuar, sem cair, sem temer”. O desafio é grande, mas a gente não vai caminhar sozinho. Nós sabemos como buscar os recursos e a solidariedade do Brasil. E sendo Lula Presidente, temos certeza, que vamos fazer uma nova e grandiosa revolução no Brasil e no Acre, com geração de empregos, oportunidades e comida na mesa das famílias.

Nós já mostramos que é possível fazer assim, com trabalho, responsabilidade e confiança.

Com esperança e com ideias novas, vamos fazer o novo seis de agosto. E, se Deus quiser, vamos fazer o nosso Acre feliz de novo.

Jorge Viana

Candidato a Governador

Marcus Alexandre

Candidato a Vice-Governador

Nazaré Araújo

Candidata a Senadora

COMPROMISSOS PARA O ACRE DO FUTURO

- 1.** Temos compromisso com o Estado Democrático de Direito, com respeito e valorização das instituições para que elas possam servir melhor o povo acreano.
- 2.** Temos compromisso com a transparência e o combate a todo e qualquer tipo de corrupção, e com políticas públicas capazes de promover as novas competências para o desenvolvimento do Acre, incorporando avanços tecnológicos em um ambiente de eficiência econômica, equidade, mobilidade e coesão social e com responsabilidade fiscal.
- 3.** Temos compromisso com um Estado indutor e facilitador do desenvolvimento em todas as áreas. Um Estado presente, apenas onde precise estar.
- 4.** Temos compromisso com um desenvolvimento econômico sustentável, onde o crescimento encontre um novo motor, com maior valor adicionado, mais inovação tecnológica e maior integração global, promovendo o encontro dos saberes – tradicional, academia, setor privado e não governamental, gerando valor a partir do uso da terra, da floresta e sua biodiversidade do nosso Estado, impulsionando o cultivo de produtos compatíveis com a floresta e fortalecendo o agronegócio sustentável no Estado. Temos o desafio de nos somarmos ao esforço mundial contra a crise climática, trabalhando para um Acre com uma economia descarbonizada e circular, com matriz energética cada vez mais a partir de fontes renováveis.
- 5.** Temos compromisso com o turismo, com o artesanato, com os negócios inovadores, com os empreendedores, que passarão a ter um novo olhar e uma ação diferenciada e arrojada em nosso governo.
- 6.** Temos compromisso com a promoção da conectividade das famílias e da economia local, fazendo chegar internet de qualidade nos 22 municípios do Estado e com o acesso o mais universalizado possível. Queremos o Acre com a melhor internet da Amazônia.
- 7.** Temos compromisso com uma saúde humanizada e universal para nossa população, com uma educação de qualidade para nossas crianças e jovens, e com o combate firme contra a violência na zona rural e urbana, para promovermos um ambiente de paz, com maior bem-estar para todos e mais conhecimento.

8. Temos compromisso com a cultura e com os esportes, que promovem o bem-estar das pessoas, ajudam na sua saúde mental e física, e contribuem para a qualidade de vida das pessoas, apoiando e valorizando os nossos artistas e atletas.

9. Temos compromisso com a proteção dos pobres, com o cuidado aos idosos e às crianças, com o cuidado aos hansenianos e seus filhos separados, com o respeito aos povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos), com a inclusão social, de forma a combater a fome, a pobreza, a desigualdade e a exclusão em todas as suas manifestações, com a proteção das pessoas contra toda forma de violência, discriminação, desrespeito e opressão. Daremos prioridades à constituição de parcerias com igrejas e outras instituições que desenvolvam trabalhos sociais. Seremos um governo solidário, que estimula a criação de redes de mobilização afetiva e protetiva. Todos podem se somar neste momento de tanto sofrimento. Todos são muito bem-vindos a formar uma grande rede de solidariedade.

10. Temos compromisso com as mulheres, essas verdadeiras heroínas do nosso Estado, com suas múltiplas responsabilidades e tão abandonadas pelo poder público. A elas, todo o nosso reconhecimento, apoio e compromisso com a melhoria de sua condição de vida e combate a todo tipo de violência e discriminação.

11. Temos compromisso com a eficiência do Estado e os serviços públicos ofertados, visando entregar o máximo possível à população com maior qualidade e menos custo.

12. Temos compromisso com os servidores públicos, com sua valorização profissional e funcional, com sua permanente requalificação e treinamento, para uma gestão pública moderna, eficiente, com o uso de técnicas avançadas e novas tecnologias, que resulte em menor carga de trabalho para o servidor e garanta qualidade e rapidez na entrega dos serviços à população.

13. Temos compromisso com o diálogo permanente, responsável e sincero, com os movimentos sociais, com as entidades patronais e dos trabalhadores, com as organizações da sociedade civil, com os povos tradicionais, igrejas, e sociedade como um todo, no exercício da escuta como instrumento de participação e pactuação de ações do Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL PARA UMA NOVA ECONOMIA

EMPREGO E OPORTUNIDADE, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Tema 1: Emprego, oportunidades e ambiente de negócios

Propósito: Desenvolver um ambiente atrativo para investimentos, onde o Estado seja um colaborador e parceiro do empreendedor, simplificando processos, dando suporte técnico onde seja necessário, estimulando negócios sustentáveis, criando uma inteligência de mercado, fomentando e apoiando uma indústria moderna e conectada com as demandas locais e globais e apoiando o setor do comércio, serviços e o turismo.

Diretrizes:

1. Estimular a criação de emprego e oportunidades de trabalho para a população, especialmente para os jovens, a partir de fortes investimentos no agronegócio sustentável, na indústria da construção civil, no fortalecimento do setor da indústria, no comércio exterior com os países vizinhos, no apoio à economia solidária, à economia criativa, ao turismo, ao setor de serviços, a partir do estímulo e fortalecimento do empreendedorismo em nosso Estado, multiplicando empreendedores em todo o Acre para que possam gerar, não só milhares de empregos, mas inovação e renda no nosso Estado.
2. Estimular e fortalecer o empreendedorismo no Estado, envolvendo e preparando professores e introduzindo no ensino fundamental e médio, conteúdos e atividades sobre empreendedorismo e cultura de inovação, criando a Oca do Empreendedor para que, a partir de parcerias institucionais, possa dar suporte nas áreas fiscal, contábeis, e de gestão de negócios, entre outras ações importantes e estratégicas.
3. Criar políticas públicas que fortaleçam a indústria local em novas bases tecnológicas e com o compromisso de neutralização de emissões de carbono, como exige este novo momento do planeta;
4. Retomar o Programa de Investimentos em infraestrutura e outras obras Públicas com calendário anual organizado e que valorize as empresas locais;
5. Fortalecer e ampliar o programa de compras governamentais,
6. Implantar um vigoroso Programa Habitacional, que contemple todos os municípios, numa parceria entre Estado e setor privado, envolvendo recursos públicos e privados.

7. Impulsionar a economia criativa, a economia solidária, o turismo que precisa de uma atenção especial e é muito promissor no nosso Acre, e preparar melhor o setor de comércio e serviços, que cresce e se movimenta em função de uma economia dinamizada e em bases sustentáveis;
8. Implantar base logística em locais estratégicos do Estado com Central de Informação em parceria com o setor privado.
9. Garantir recursos anuais para a manutenção, conservação e melhoria das rodovias, estradas vicinais, ramais e hidrovias, para a manutenção permanente dos Aeródromos de responsabilidade do Estado nos municípios de: Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Jordão, Santa Rosa, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Xapuri;
10. Criar um amplo programa de formação profissional alinhado com as demandas atuais e futuras, para jovens e adultos, que promova uma mudança de atitude e nos prepare para viver a inovação disruptiva que essa era digital traz e que já invadiu nossas casas, nosso trabalho e nossa vida social - big data, inteligência artificial, redes sociais, dados, internet das coisas.
11. Criar e implementar Políticas Públicas de combate às desigualdades regionais, notadamente nas cidades e áreas rurais mais distantes dos centros mais desenvolvidos e que, notadamente, apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Tema 2: Agricultura Familiar, Agronegócio Sustentável e Produção Florestal

Propósito: Incentivar e fortalecer o melhor uso da terra, a produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, da agricultura dos povos da floresta (índios, ribeirinhos e seringueiros), do agronegócio sustentável, da produção florestal, da produção agroflorestal e sua agro biodiversidade, que garanta agregar valor a seus produtos e seja a base de uma agroindústria de baixa emissão, consistente e competitiva.

Diretrizes:

1. Garantir um ambiente de investimento e regulatório favorável para o agronegócio sustentável nas regiões de alta aptidão agrícola indicadas no zoneamento, com programas de desoneração fiscal, parcerias governamentais e garantia de oferta de crédito.
2. Simplificar, modernizar e digitalizar o sistema de licenciamento ambiental e regulação sanitária de empreendimentos urbanos e rurais, incluindo a criação de mecanismos de diferenciação e facilitação de autorizações para

empreendedores e/ou produtores rurais com histórico positivo e atendimento à legislação aplicada.

3. Reformar os regulamentos e o sistema de licenciamento do manejo florestal madeireiro, garantindo agilidade, digitalização, transparência e rastreabilidade.

4. Garantir a modernização e ampliação da infraestrutura viária e hidroviária, de armazenagem, de comunicação, energia, de logística para a produção, através de um grande programa de investimentos públicos e parcerias público-privadas.

5. Fortalecer e ampliar programas de assistência técnica, de mecanização agrícola, de acesso ao crédito rural, de incentivos e desoneração fiscal para a aquisição de calcário, adubo e outros insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, com foco em cadeias produtivas prioritárias, que possibilitem a diversificação de atividades produtivas nas pequenas e médias propriedades rurais, viabilizando culturas permanentes de alto rendimento de acordo com a aptidão de cada região do Estado.

6. Estabelecer política de difusão e transferência tecnológica para a agricultura a pecuária e a produção florestal, em parcerias com os centros técnicos e tecnológicos das Instituições de Ensino e Pesquisa sediados no Estado e em outras regiões.

7. Criar incentivos para restauração e recomposição florestal, combinados com as necessidades de adequação das propriedades rurais ao Código Florestal e com foco em tecnologias e sistemas agroflorestais

Tema 3: Gestão territorial e do clima

Propósito: Garantir e proteger os direitos de propriedade e consolidar os instrumentos de gestão do território para reduzir a informalidade no mercado de terras e simplificar a regularização e transferência dominial de propriedades rurais, de modo que sejam asseguradas as condições para cumprimento do Código Florestal e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Diretrizes:

1. Combater todo e qualquer tipo de grilagem e invasão de terras e contribuir de forma efetiva na mediação de conflitos agrários, proteção e manutenção dos direitos de propriedade e titulação individual de terras, e retomar a implantação de polos agroambientais.

2. Simplificar e modernizar a gestão da base de dados fundiários, criando soluções tecnológicas e estabelecendo parceria com o poder judiciário para reduzir tempo e custos de transação legal, e facilitar a transferência dominial da terra.
3. Acelerar a regularização das terras ainda não destinadas, conforme indicado no Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, fortalecendo os instrumentos de planejamento e ordenamento territorial.
4. Implementar o novo Código Florestal, retomando ações para combate ao desmatamento ilegal, análise do Cadastro Ambiental Rural e regularização dos passivos ambientais.
5. Ampliar o acesso do Estado do Acre e seus proprietários de terras aos mercados de serviços ambientais, fortalecendo o Sistema Estadual de Serviços Ambientais.

CONECTIVIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INTERNET DE QUALIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Propósito: Fazer do Acre o Estado com a melhor internet da região norte do país, fazendo chegar internet de qualidade nos 22 municípios do Acre e criar mecanismos de inovação e tecnologia, envolvendo a academia, o setor privado, a sociedade civil, o poder público, fomentando a pesquisa, a inovação e a capacitação científica e tecnológica para tornar o Acre uma referência e um Estado atrativo para pesquisadores, incubadoras de projetos e empresas de inovação e empreendedores.

Diretrizes:

1. Ampliar a conectividade de alta velocidade (internet) no Estado e dar condições para a expansão rápida do ecossistema 5G, beneficiando a interação entre pessoas, comunidades, municípios, organizações governamentais e não governamentais, instituições de pesquisa e desenvolvimento, comércio, indústria e serviços. Além, da ampliação da comunicação e interação em tempo real, esta ação contribuirá para proporcionar experiências imersivas nos esportes e entretenimento, contribuirá com o varejo e educação, com a criação de cidades inteligentes e com a implantação de mais eficiência nos negócios e na gestão pública.

2. Criar e fomentar o melhor ambiente de negócios da Amazônia para investimentos na bioeconomia da floresta, nos produtos compatíveis com a floresta, na biodiversidade, para ganhos com serviços ambientais, com arranjos institucionais que possibilitem o desenvolvimento de inovações tecnológicas (ciência básica e P&D aplicado), a implantação de uma escola de negócios sustentáveis e incentivos para criação e aceleração de startups.
3. Implantar ambientes de inovação através da interação entre Estado, iniciativa privada, instituições de ensino, de pesquisa e desenvolvimento, de ecossistemas existentes, com foco na biodiversidade, ativos florestais e agronegócio sustentável.
4. Criar Centro de Referência em Inovação e Tecnologia que fomente projetos estratégicos e abrigue incubadora de negócios inovadores, para a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e negócios.
5. Implementar políticas de incentivo e de investimento financeiro para o desenvolvimento de novas tecnologias (soluções) dentro das escolas, centros de inovação, instituições de ensino e pesquisa do Estado, voltadas para a bioeconomia e sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

SOLIDARIEDADE SOCIAL, AMBIENTE DE PAZ, PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS, PROTEÇÃO E PROTAGONISMO DAS MULHERES

Tema 1: Solidariedade Social

Propósito: Resgatar o sentimento de humanidade como princípio da garantia de vida na sociedade, gerar um movimento de humanização e acolhimento pela paz e pela solidariedade, cuidar dos mais desassistidos, das nossas crianças, dos idosos e cuidar da mulher.

Diretrizes:

1. Atuar no fortalecimento das políticas humanas e sociais de adoção e acolhimento de crianças e jovens;
2. Fomentar uma rede solidária de enfrentamento à fome e a pobreza no Estado, junto aos empresários, sociedade civil, igrejas e outras instituições
3. Adotar medidas emergenciais e permanentes de enfrentamento à fome e à pobreza, assim como, da garantia dos direitos à segurança alimentar e nutricional;

4. Criar o Programa 'Jovens Acolhedores', a ser desenvolvido nas escolas, articulados com a assistência social, cultura e outras áreas afins, a fim de preparar o jovem para o cuidado humano dos seus mais velhos, proteção e cuidado da família, relações sociais de convivência humanizada e solidária;
5. Implantar Programa de assistência e atendimento à saúde (física e psicológica) para os que têm doenças crônicas graves e incapacitantes (hanseníase e outras) em parceria com as Instituições de Ensino Superior do Estado;
6. Criar o programa 'De portas abertas' para incentivo à reaproximação e reintegração familiar para aqueles que tiveram rompimento sociofamiliar por motivo de saúde física, mental, preconceito a orientação sexual. Esta proposta busca incentivar a convivência familiar entre filhos separados dos pais por problemas de saúde física (hansenianos e outras doenças), reencontros familiares com quem sofre de esquizofrenia e outras doenças mentais que ocupam as ruas, reaproximação familiar da população LGBTQUIAP+ que romperam os vínculos, em especial, os que se encontram com idade avançada ou doentes.
7. Combater todas as formas de discriminação, preconceito e indiferença contra crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e população LGBTQUIAP+;
8. Ampliar os programas de atenção às crianças para garantir o direito à sua proteção física e intelectual, em parceria com as prefeituras e instituições sociais que atuam com as políticas públicas em defesa das crianças.

Tema 2: Proteção e Garantia de Direitos

Propósito: Garantir o cumprimento das leis de proteção às pessoas em situação de exclusão social e econômica, disponibilizar instrumentos e espaços para acolhimento e garantia de direitos e dar atenção e cuidados especiais às regiões periféricas dos centros urbanos.

Diretrizes:

1. Criar programa de fomento à cultura da paz em todas as escolas.
2. Rearticular programa de profissionalização integrado ao esporte, cultura e mídias sociais, como política de direito à inclusão social.
3. Criar processos/ações de formação social e humana no sistema de segurança do Estado.

4. Garantir o atendimento adequado às pessoas com deficiência no setor público e promover campanhas de sensibilização para que este mesmo acolhimento seja feito no setor privado e organizações não governamentais.
5. Implantar políticas que garantam os direitos e proteção dos idosos com envelhecimento ativo, saudável e participativo, com o fortalecimento da rede de cuidados.
6. Implantar políticas que garantam os direitos e a proteção das nossas crianças e que proporcionem o seu desenvolvimento e formação.
7. Apoiar o funcionamento pleno de todos os Conselhos, promover Conferências e outras formas de envolvimento da sociedade, como forma de participação e engajamento.
8. Garantir o respeito e a proteção dos povos da floresta (indígenas, extrativistas, ribeirinhos).

Tema 3: Proteção e Protagonismo das Mulheres

Propósito: Estabelecer políticas de proteção e de melhoria da condição de vida das mulheres, combatendo toda e qualquer forma de violência e discriminação.

Diretrizes:

1. Acolher e criar mecanismos de proteção ‘a mulher vítima de todo tipo de violência, seja ela física, doméstica, psicológica, sexual, obstétrica e outras, criando instrumentos específicos, formando equipes de acolhimento.
2. Garantir espaço e voz das mulheres em todas as políticas públicas do Estado
3. Cuidar e criar mecanismos de proteção às idosas com o acompanhamento domiciliar por rede de assistência profissional (assistência social, saúde e cultura).
4. Implantar programas socioprofissionais e culturais para mulheres jovens das áreas urbanas e rurais.
5. Promover políticas de enfrentamento ao racismo estrutural e segregação social das mulheres.
6. Realizar atendimento especial às mulheres indígenas aldeadas e ‘não aldeadas’.

7. Criar mecanismos de inserção da mulher no mercado de trabalho, urbano e rural.

Tema 4: Segurança pública para um ambiente de paz

Propósito: Combater firme a violência nas cidades, comunidades urbanas e áreas rurais do Estado, modernizando estratégias, instrumentos e mecanismos de governança e ação.

Diretrizes:

1. Garantir a forte presença do Estado nas fronteiras, como instrumento de combate ao tráfico de drogas, furto e roubo de veículos, para a proteção do território contra o crime e como barreira para a entrada e saída de criminosos.

2. Fortalecer o uso de tecnologias e da inteligência policial para uma ação mais integrada e efetiva contra o tráfico de drogas e no combate à violência nas cidades, comunidades urbanas e áreas rurais, e com o efetivo esclarecimento dos crimes.

3. Atuar, em parceria estreita com as instituições do Sistema de Justiça, para que se garanta a devida punição e a aplicação das penalidades previstas na lei criminal.

4. Impulsionar o cerco eletrônico e operacional em regiões de comércio, em parques e praças públicas, em estradas e em demais locais de elevado fluxo de pessoas e veículos.

5. Fortalecer a Polícia Técnico-Científica com a implantação de programa de atualização e qualificação técnica dos policiais e servidores que atuam no sistema de segurança pública.

6. Reconhecer e criar mecanismos de valorização e cuidados com os servidores do sistema de segurança pública;

7. Implementar políticas públicas de prevenção à violência: em defesa de um “Ambiente de Paz”;

8. Trabalhar para o reaparelhamento e reestruturação física das unidades operacionais e administrativas do Sistema de Segurança Pública;

9. Fortalecer as unidades penitenciária e socioeducativas;

10. Fortalecer e modernizar as ações de reintegração social de presos;

11. Estruturar e modernizar as ações de educação e fiscalização de trânsito,

a área da engenharia, fazendo uso de novas tecnologias, melhorando e ampliando o atendimento online e trabalhando parcerias com os municípios para a organização do trânsito nos núcleos urbanos.

12. Fortalecer e estruturar o policiamento ostensivo, preventivo e comunitário.

EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL

EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Tema 1: Educação Universal e de qualidade

Propósito 1: Mitigar os efeitos imediatos da pandemia na Educação Básica

Diretrizes:

- 1.** Enfrentar e combater o abandono e a evasão escolar realizando ações que promovam a busca ativa das crianças e jovens que estão sem frequentar a escola ou fora do sistema educacional;
- 2.** Promover ações de colaboração entre a gestão da escola e a comunidade, visando à promoção de estratégias de prevenção da evasão e do abandono escolar;
- 3.** Realizar atividades de acolhimento, acompanhamento, orientação e suporte aos estudantes e profissionais da educação como alternativa para diagnóstico e tratamento dos problemas decorrentes do isolamento social, distanciamento das atividades formais escolares e sobrecarga de atividades;
- 4.** Investir no processo de recomposição e recuperação das aprendizagens escolares através da adoção de programas para reduzir desigualdades educacionais e defasagens de aprendizagem;
- 5.** Promover a inclusão digital com o desenvolvimento de um programa ousado de ampliação do acesso à internet de qualidade em todo o estado, criando condições para que o sistema público de ensino, as instituições escolares, os profissionais da educação e o alunado possam dispor e utilizarem-se das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação);

Propósito 2: Retomar o processo de melhoria da qualidade da educação básica pautando-se no princípio do “direito à educação”, com garantia de condições de acesso, permanência e sucesso no aprendizado de todos e todas nas escolas, com apoio às redes municipais de ensino através do regime de colaboração, conforme previsto na Constituição Federal e na atual LDB;

Diretrizes:

- 1.** Apoiar as prefeituras na produção de condições para universalização do acesso à educação infantil (creches e pré-escola);
- 2.** Realizar ações no sentido de propiciar a alfabetização das crianças ao término do ciclo da alfabetização na terceira série do ensino fundamental;
- 3.** Aprovar lei do ICMS com cota para a melhoria dos resultados educacionais nos municípios;
- 4.** Valorizar e promover apoio técnico aos diretores das escolas e às equipes pedagógicas;
- 5.** Realizar a melhoria da qualidade da oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, através de um amplo e democrático processo de discussão e revisão das diretrizes atuais que configuram as diferentes matrizes dos currículos escolares;
- 6.** Promover a valorização dos Profissionais da Educação retomando a autoestima da categoria e reconhecendo a importância dos professores e demais profissionais da educação para a inclusão social.
- 7.** Instituir Comissão Paritária Permanente, com representantes do governo e dos profissionais da educação básica pública, com o objetivo de promover estudos para processos de revisão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) da categoria;
- 8.** Garantir que as revisões do Plano de Carreira e Remuneração tenha por princípio: a remuneração condigna e condições adequadas de trabalho; a valorização da qualificação, considerando a formação inicial e continuada; a valorização do tempo de serviço; promoções e progressões periódicas;
- 9.** Cumprir rigorosamente o estabelecido na Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério com formação de nível médio modalidade normal, para uma jornada máxima de 40 horas semanais, garantido pagamento proporcional para as demais jornadas;
- 10.** Garantir que o Piso Salarial Profissional Nacional repercuta nas demais estruturas de carreira, com o intuito de evitar equiparação de vencimentos entre profissionais com diferentes níveis de formação e tempo de serviço;
- 11.** Implementar políticas de formação inicial visando a qualificação e habilitação dos profissionais da educação nos termos da legislação em

vigor, retomando as boas experiências de práticas de formação realizadas em parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior;

12. Instituir uma política permanente de formação continuada dos profissionais da educação que reconheça e privilegie as reais necessidades formativas dos professores, sem perder de vista a complexidade e as múltiplas dimensões que configuram o trabalho docente e o trabalho pedagógico.

13. Construir, através da Comissão Paritária Permanente de Gestão do Plano de Carreira e Remuneração, proposta para a implementação da licença para qualificação profissional, com vistas a garantir com remuneração a frequência em cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado na área da educação.

14. Trabalhar para a criação do Serviço Estadual de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), com a implantação de Núcleos de Apoio à Inclusão (NAPI's) das pessoas com deficiência, incluído nesse rol o Transtorno do Espectro Autista, para atendimento multidisciplinar aos alunos nas áreas de educação e saúde em cada município polo das regionais administrativas do Estado;

15. Retomar o Programa de Formação Superior para professores e pessoas das comunidades em todos os municípios.

Tema 2: Saúde humanizada e para todos

Propósito: Melhorar e modernizar os serviços de saúde ofertados pela rede assistencial do Estado, com intensificação do uso de tecnologias, adoção de protocolos de procedimentos assistenciais e valorização dos profissionais da saúde;

Diretrizes:

1. Ofertar atendimento humanizado aos usuários dos serviços de saúde, fortalecendo as práticas do cuidado e acolhimento afetivo, que tenham impacto direto na qualidade de vida do povo acreano com oferta regular de medicamentos, material médico hospitalar e insumos estratégicos aos hospitais e unidades da rede assistencial do Estado. O direito à saúde é condição básica e inegociável de garantia de cidadania, dignidade e autonomia das pessoas a partir de onde vivem.

2. Trabalhar por uma gestão técnica e eficaz que consiga implantar e utilizar a melhor tecnologia disponível na gestão administrativa e assistencial na busca pelo uso racional, adequado e oportuno dos recursos públicos. Para isso, a formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde terá

um papel central no aperfeiçoamento permanente do processo de trabalho, assim como a sua valorização e reconhecimento pelo Estado.

3. Fortalecer as instâncias representativas consolidadas do SUS como o Conselho Estadual de Saúde e Comissão Inter gestores Bipartite, mas também através de escuta ativa às comunidades e de forma especial aos grupos sociais mais fragilizados.

4. Fortalecer as Redes de Atenção à Saúde, com destaque para as redes de Doenças Crônicas, Atenção Psicossocial - mediante ampliação dos CAPs (Centros de apoio psicossocial), Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência. Avançar na consolidação da Rede Cegonha e Rede de Urgência e Emergência;

5. Implantar um sistema Telemedicina e o Telediagnóstico em todos os municípios , com ênfase para teleconsulta nas especializações médicas, Ampliar em caráter de Urgência, os atendimentos especializados em todos os municípios do Acre através da reestruturação de programas como o Saúde Itinerante, levando atendimento com especialistas e mutirões de cirurgias, priorizando municípios e regiões de maior demanda e vazios assistenciais.

6. Garantir a reestruturação física e de equipamentos de todos os hospitais da rede estadual de saúde, e ampliar programas de residência médica e multiprofissional em saúde.

7. Dar suporte, acompanhamento e cuidado às famílias mais fragilizadas e que necessitam de apoio do poder público. Um trabalho integrado da saúde, educação e assistência social a partir da identificação e acompanhamento das famílias nos territórios com garantia de renda mínima, segurança alimentar e nutricional, acompanhamento de necessidades de saúde e acesso e permanência na escola são potentes para transformação da vida destas famílias e garantia de um futuro melhor

8. Garantir atendimento médico hospitalar aos povos da floresta (indígenas, extrativistas, ribeirinhos) respeitando sua cultura e utilização de recursos da floresta com objetivos terapêuticos. Princípios como interculturalidade e intermedialidade devem permear o diálogo e a oferta de serviços de saúde a estas populações. Espaços físicos nos hospitais e ajustes aos hábitos alimentares devem ser adequados às necessidades específicas destas populações. Interlocução com lideranças locais devem fazer parte desta prática com o objetivo de prestar a melhor assistência possível respeitando a cultura e os costumes.

9. Fortalecer as Regiões de Saúde com maior autonomia e resolutividade

na assistência e ampliação da Residência Médica e oferta de procedimentos especializados e instituir política de provimento de médicos especialistas no interior, com adoção de medidas de incentivo financeiro, progressão na carreira e atualização profissional

10. Fortalecer e modernizar o atendimento no Hospital do Cancer do Estado, e criar parceria estratégica com o Hospital de Barretos no diagnóstico, na organização da Linha de Cuidado em toda a Rede Assistencial.

11. Ampliar e consolidar os programas de redução da Mortalidade Infantil (fortalecendo programas da Primeira Infância de 0 a 6 anos) e de prevenção à gravidez não planejada na adolescência;

12. Implantar, em parceria com outros centros do país, o Centro Estadual de Referência e Atenção ao Autismo, uma unidade especializada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que seja referência técnica para diagnóstico e acompanhamento das crianças autistas de todo o Estado.

13. Reestruturar e modernizar o serviço de Tratamento Fora de Domicílio, com regulação técnica adequada, atendimento humanizado e melhor interação com pacientes e familiares;

14. Fortalecer os serviços de urgência, com ampliação da cobertura do SAMU e renovação periódica da frota de ambulâncias;

Tema 3: Cultura em todas as suas manifestações

Propósito: Promover a cultura de forma ampla no nosso Estado, oferecendo apoio financeiro, implementando espaços que permitam diferentes manifestações culturais e estabelecendo parcerias para a formação de artistas e profissionais da área.

Diretrizes:

1. Retomar o Sistema Estadual de Cultura e fortalecer o Conselho Estadual de Cultura, dando representatividade a todas os seus segmentos, de forma que cada município, cada linguagem e cada expressão artística se veja representado.

2. Promover Conferências, encontros, reuniões que permitam a escuta e o diálogo permanente com o movimento cultural.

3. Reativar e fazer valer os instrumentos de financiamento e apoio à cultura no nosso Estado como garantia de uma produção cultural regular e ativa.

4. Revitalizar o patrimônio histórico do Estado, reformar os espaços culturais que demandem essa atenção e reativar todos os espaços culturais, de tal forma a garantir a manifestação da cultura em suas diferentes formas.
5. Organizar e fomentar eventos culturais com calendário anual previamente definido e pactuado com o setor.
6. Implantar programa de formação para a classe artística e de suporte à manifestação cultural.

Tema 4: Esporte e Lazer em todas as suas formas

Propósito: Incentivar e oferecer apoio financeiro para a prática do esporte e do lazer no Estado, como instrumento transformador, de inclusão social e que promove a saúde e o bem-estar das pessoas.

Diretrizes:

1. Realizar uma gestão democrática, ativa e participativa, mantendo permanente diálogo com os desportistas amadores, de alto rendimento e os profissionais, com os dirigentes de federações e entidades ligadas ao esporte, com os demais grupos, organizações e igrejas que estimulam a prática do esporte e promovem atividades de lazer.
2. Implementar políticas públicas integradas que ampliem o maior número de pessoas praticantes de alguma atividade física.
3. Revitalizar e modernizar os Parques Urbanos e os espaços públicos nas cidades do Acre destinados à recreação, à prática de esporte e ao lazer, garantindo a democratização do seu uso e estimulando o cuidado coletivo, como também, trabalhar para a implantação de novos espaços para a prática de esportes e para o lazer em todo o Estado.
4. Fortalecer o esporte no ensino básico, com investimentos e formação dos profissionais envolvidos, dando maior dimensão os Jogos Escolares, como forma de promoção da saúde e incentivo para o surgimento de novos atletas.
5. Retomar e modernizar os mecanismos de financiamento - incentivos, bolsas, convênios - do esporte no Estado.
6. Estabelecer parcerias estratégicas para implantar um grande programa dedicado ao esporte de alto rendimento e profissional nas suas mais diversas modalidades, identificando e valorizando, ainda, os talentos do esporte acreano.

7. Fomentar e multiplicar por todo o Acre, escolinhas de caráter comunitário para a prática de diferentes modalidades de esporte para as crianças.
8. Garantir a prática do esporte para os idosos com o devido acompanhamento e o cuidado necessário.
9. Organizar e financiar eventos esportivos, recreativos e de lazer com calendário anual previamente definido e pactuado com os municípios e todos os envolvidos com o desenvolvimento do esporte no Estado.
10. Implantar programa de formação e reciclagem para gestores e trabalhadores do sistema estadual do esporte e lazer, utilizando-se de parcerias com diferentes atores e em diferentes formatos.
11. Estruturar um programa de aulas online gratuitas para a prática de diferentes modalidades esportivas com acesso em todo o Estado.

GOVERNANÇA

ESTADO EFICIENTE, VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E ESCUTA E DIÁLOGO PERMANENTE

Tema 1: Estado Eficiente e Servidor Público Valorizado

Propósito: Promover a eficiência do Estado com redução de carga tributária, garantir a transparência, combater todo e qualquer tipo de corrupção na governança pública, promover a modernização da gestão, fazendo uso de tecnologia e inovação, com o respeito e reconhecimento do servidor público.

Diretrizes:

1. Trabalhar para tornar a tributação no Estado simplificada, desonerada, justa e mais favorável ao desenvolvimento do Acre.
2. Criar mecanismos para dar transparência aos atos governamentais.
3. Criar instrumentos para combater com firmeza e imparcialidade todo e qualquer tipo de corrupção, mal-uso dos recursos públicos e desvio de finalidade do bem público.
4. Fortalecer o uso do planejamento estratégico para a formulação de políticas públicas e usar de novas técnicas e tecnologias para realizar o monitoramento, controle e avaliação na implementação de Planos, Programas e Projetos.

5. Promover a modernização do Estado, com base nos desafios deste século, e criar um amplo programa de formação, aperfeiçoamento e requalificação profissional dos servidores públicos. Esse programa vai estar alinhado com as demandas atuais e futuras, vai levar em conta o uso de técnicas modernas e novas tecnologias, e vai essencialmente promover: a aceleração e a ampliação da transformação digital na administração pública; a simplificação dos processos; a permanente melhoria na entrega dos serviços à comunidade; e menos sobrecarga de trabalho para o servidor público.

6. Realizar chamada pública, no âmbito dos profissionais estabelecidos no Estado, para seleção de parte dos cargos comissionados com o objetivo de buscar pessoas capacitadas, aptas para o desempenho de sua função e que possam qualificar a prestação do serviço público à população.

Tema 2: Escuta e Diálogo na Gestão

Propósito: Praticar a escuta e o diálogo permanente com a população, com todos os setores organizados da sociedade, de tal forma, a ser um instrumento balizador e orientador das políticas governamentais.

Diretrizes:

1. Criar canais (presenciais e/ou online) para a escuta da população e para a promoção de processo coletivo e participativo na construção de políticas públicas estaduais.

2. Manter permanente diálogo com os setores organizados da sociedade, federações, entidades representativas, sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais e demais aqui não indicados.

3. Criar mecanismos de escuta e diálogo com o servidor público.

COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A VIDA VAI MELHORAR.

Por Jorge Viana

O Acre, assim como os demais estados da Amazônia, tem sofrido nos últimos 4 anos com recordes de desmatamento e pobreza. Mas, em momentos de crise, há oportunidades. A situação atual apresenta enormes desafios, mas é necessariamente considerando essa crise que precisa partir qualquer plano realista que tenha a chance de mudar a conjuntura, a qual, apesar de desafiadora, está longe de ser irremediável.

Há três elementos-chave para uma agenda de desenvolvimento econômico para o Acre com foco nas áreas de floresta e áreas de agropecuária.

Primeiro, o fato de que ainda há uma vasta área de floresta tropical no Estado.

Segundo, o Acre como o restante da Amazônia tem um bônus demográfico potencial. Isto é, temos uma crescente maioria de pessoas economicamente ativas (aquelas com idade entre 18 e 65 anos) em relação a crianças e idosos. Isso significa uma enorme oportunidade para o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Mas, a economia do Acre desperdiçou nos últimos quatro anos esse benefício potencial, oferecendo pouco acesso a empregos e a bons salários para grande parte da população.

Terceiro, o desmatamento excessivo dos últimos anos deixou para trás uma área vasta de terras abertas que podem ser melhor aproveitadas. Essas áreas por si só, são muito mais do que o necessário para a produção agrícola e pecuária, o que significa que mais desmatamento é em grande parte desnecessário.

Esses três fatores —a floresta remanescente, as áreas desmatadas que podem ser melhor aproveitadas e a população majoritariamente jovem — são vantagens para o Acre e devem estar no centro dos planos para garantir o futuro sustentável do nosso Estado.

Mas, para aproveitar a floresta que ainda está de pé, a primeira prioridade é acabar rapidamente com o desmatamento ilegal. Além, de prejudicial para o meio ambiente e crise climática, o desmatamento não gera nem empregos e nem valor. O desmatamento também, contribui para o aumento de violência

que ameaça a região e prejudica o ambiente de negócios na Amazonia e no Acre, afastando bons investimentos e aumentando os custos sociais.

A boa notícia é que o Brasil já conseguiu controlar o desmatamento sem atrapalhar a economia. Entre 2004 e 2010 (durante o governo do Presidente do Lula) o desmatamento na Amazonia diminuiu mais de 70%, enquanto o PIB agrícola da região aumentou significativamente. Portanto, combater o desmatamento ilegal faz bem à economia, ao agronegócio e melhora a vida das pessoas. E se Lula voltar a ser presidente, como é o nosso desejo e vamos trabalhar pra isso, temos certeza, que esse equilíbrio vai voltar e vamos conseguir gerar muitos empregos, oportunidades e colocar comida na mesa das famílias.

Há também, novas oportunidades para atividades econômicas que podem ajudar no desenvolvimento do Acre. Aqui, há pelo menos quatro caminhos possíveis.

O primeiro, é a restauração da floresta original, que pode ser feita plantando mudas de árvores nativas ou permitindo que áreas desmatadas abandonadas voltem a crescer naturalmente. A restauração é rentável, empregadora de mão de obra local em larga escala e com grande potencial de geração de uma rede de negócios associados.

Do lado da demanda, há também um mercado crescente de captura de carbono por meio da restauração florestal. De acordo com a revista Time, os compromissos de zerar as emissões líquidas de empresas em todo o mundo exigem a restauração de quase 330 milhões de hectares no planeta até 2050. O Acre pode e deve participar desse mercado extraordinário.

A segunda opção, é aumentar as exportações de produtos compatíveis com a conservação da floresta, como açaí, frutas tropicais, peixes, castanha do Brasil e alguns outros produtos. A Amazônia brasileira já produz e exporta esses produtos, mas em pequenas quantidades (menos de 0,1% do mercado global). A boa notícia é que já existe um mercado global enorme para esses produtos, que vale mais de 160 bilhões de dólares por ano – e que está em expansão. O Acre deve priorizar uma agenda para participar desse mercado global.

O terceiro caminho para o Acre é aproveitar as oportunidades apresentadas pelos mercados de carbono para as partes da floresta que ainda estão de pé. A redução do desmatamento, além de vantajosa e estratégica para o Brasil, pode atrair novos fluxos de investimento para a Amazônia em geral e especificamente para o Acre. Um exemplo é a Coalizão LEAF, que oferece pagamento pela redução das emissões por desmatamento e degradação

florestal (REDD+) em nível nacional e subnacional. De acordo com a LEAF, acabar com o desmatamento na Amazônia até o final desta década poderia gerar até 18 bilhões de dólares (por meio dos mercados de carbono a um preço mínimo de 10 dólares por tonelada de CO₂). Se os preços subirem para 15 dólares, a captação pode chegar a 26 bilhões de dólares para toda a Amazonia. O Acre que tem cerca de 5% das florestas remanescentes da Amazônia poderia se beneficiar (em termos potenciais) com uma receita superior a US\$1,3 bilhão somente em REDD.

Finalmente, existem muitas oportunidades para aumentar a produtividade agrícola no Acre. Há espaço suficiente em áreas desmatadas não-utilizadas e subutilizadas para atender a demanda de expansão do agronegócio sustentável na região, e também para o reflorestamento de áreas para produtos do setor de biomassa florestal e até para plantações de dendê. Fundamental concentrar esforços nessas áreas, visando aumentar a produtividade por meio da adoção das melhores práticas agrícolas, do acesso a financiamento, de melhorias na infraestrutura e da garantia da posse da terra.

A principal demanda das pessoas que vivem no Acre é por oportunidades de trabalho. Para acelerar o crescimento da oferta de emprego, devemos investir onde as pessoas já estão. Pesquisas indicam que os setores que mais geram empregos estão nas cidades. E os empregos de maior qualidade, que oferecem a chance de melhorar o padrão de vida, também se encontram nas cidades. Por isso, a infraestrutura urbana deve ser uma das prioridades para o direcionamento de recursos públicos.

Mas para o Acre há ainda, dois desafios. Um deles é a educação — que precisa avançar—, especialmente a educação profissional. O outro desafio é garantir o acesso a mercados dos produtos do Acre aos mercados nacionais e globais. A tecnologia é uma resposta para ambos os problemas. A melhoria do acesso à internet tem se mostrado eficiente na promoção de ganhos de renda, produtividade e empregabilidade em outras regiões tropicais e é por isso que internet de qualidade é e será uma prioridade do nosso governo.

Queremos um Acre mais cuidado, mais desenvolvido, com mais emprego e oportunidades para melhorar a vida das pessoas.

Queremos fazer um agradecimento especial a todos os que contribuíram para a construção destes nossos compromissos para o desenvolvimento do Acre.

“... é impressionante a força que as coisas parecem ter, quando elas precisam acontecer...”

Caetano Veloso

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO FINAL:

Raimundo Angelim Vasconcelos

Economista, foi prefeito de Rio Branco e deputado federal

Dolores Nieto

Engenheira Civil com experiência em gestão pública e MBA em Team Management - Desenvolvimento de Competências Gerencias pela FGV

Eufran Amaral

Agrônomo com mestrado e doutorado em Agronomia - solos e nutrição de plantas

João Paulo Mastrangelo

Engenheiro Florestal, com mestrado em Desenvolvimento Regional e doutorando em Desenvolvimento Econômico, com foco em economia agrícola e meio ambiente - Unicamp, professor da UFAC

Marcus Alexandre

Engenheiro Civil, gestor público, foi prefeito de Rio Branco

Jorge Viana

Engenheiro Florestal, professor do mestrado em administração e gestão pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa/IDP, foi prefeito de Rio Branco, governador e senador do Acre



RIO BRANCO ACRE
AGOSTO DE 2022